

FONTES E ARQUIVOS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA PARAHYBA DO OITOCENTOS: O LYCEU PARAHYBANO

*Cristiano Ferronato*¹

No percurso de aprendizagem da História da Educação, nos últimos oito anos, removemos certezas e idéias feitas num campo historiográfico tradicionalista, muito ligado à construção do sistema escolar e à legitimação política e ideológica dos fatos educativos. Os investigadores do campo foram confrontados com aparatos inovadores e desafiantes, com uma abordagem multidimensional do objeto crítico e uma *linguistic turn* que privilegia as fontes discursivas. A abertura à interdisciplinaridade convergiu para o desenvolvimento do processo heurístico e metodológico, do arquivo à narrativa historiográfica.

A partir destas novas abordagens as investigações sobre a História da Educação no Brasil e, por conseguinte, das instituições educativas no Brasil, se tem passado nas últimas décadas por várias transformações. Transformações de caráter teórico e metodológico que muito ajudaram no desenvolvimento desta área de estudos, trazendo *novos problemas e novos objetos* para a análise.

Munidos de instrumentos de análise vindos de outros campos do saber, como a História, a Linguística e a Sociologia, entre outros, os historiadores da Educação não se contentam mais em explicar seu campo partindo das perspectivas que percebiam a escola a partir apenas das obras de grandes educadores ou estudando a escola a partir do *corpus documental* elaborado pelo Estado. Tais perspectivas de análise continham em seu núcleo explicações gerais acerca dos modelos escolares e das instituições, o campo da História das instituições educativas é tão complexo que não comporta ser explicado mais por tais perspectivas, uma vez que muitas das atuações do Estado dentro da escola são atuações defasadas, posto que o poder da instituição é maior que o do *corpus documental* legal do Estado. Muitas das reformas que o Estado apresenta com relação a modificações dentro da instituição são formas de legalizar o que, dentro daquela instituição, já se estava sendo praticado pelos sujeitos que dela fazem parte.

Desta forma, acompanhando as transformações passadas pelo campo historiográfico e adotando seus modelos teóricos e metodológicos, a História da Educação começou a conceber uma nova forma de análise para suas temáticas.

Dentro destas novas categorias de análise, vindas de campos distintos, destaca-se a História Cultural, que trouxe para o núcleo do debate uma importante contribuição para o campo dos estudos das instituições educativas: a noção de cultura escolar. A cultura escolar tem, no interior dos estudos sobre as instituições educativas, características muito singulares, além de contradições e complexidades que a

¹ Doutorando em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Bolsista Capes. Orientando do prof. Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro. Entre dezembro de 2009 e maio de 2010 realizou estágio de estudos e pesquisas no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, sob tutoria do prof. Dr. Justino Magalhães.

transformaram num dos objetos mais trabalhados pelos investigadores da História das instituições educativas no Brasil e na Paraíba, a partir principalmente da influência de investigadores como Roger Chartier e Michel de Certeau, entre outros. A noção de cultura escolar trouxe para o campo da pesquisa um refinamento metodológico e analítico das investigações e possibilitou o fortalecimento do diálogo, por um lado com a historiografia e, por outro, com as demais áreas e ciências da Educação. Esta noção permitiu uma desnaturalização da escola e permitiu a ocorrência de estudos sobre o processo de sua emergência como instituição de socialização dos tempos modernos.

Articulada aos estudos do processo de escolarização esta perspectiva introduziu a necessidade de refletir sobre a relação da escola com as outras instituições responsáveis pela socialização da infância e da juventude, principalmente com a família, a Igreja e o mundo do trabalho. Alguns estudiosos afirmam que é aqui que se encontra um dos grandes limites à realização das pesquisas, que vem a ser o fato de que são poucos os estudos historiográficos sobre as instituições que oferecem subsídios para pensar a relação com a cultura escolar.

Esta *linguistic turn* atrelada a processos já anunciados por outros pesquisadores ofereceu as bases para a construção de um outro lugar para a História da Educação no interior das chamadas ciências da Educação e contribuiu para o prestígio atual da área, com vários eventos nacionais e internacionais espalhados pelo Brasil.

A introdução destes novos objetos e fontes, como História Oral, as fotografias e autobiografias, por exemplo, no estudo da História da Educação pode, como afirma Diana Vidal, “aumentar a compreensão desses fazeres com e da constituição de corporeidades nos sujeitos da escola”².

História da Educação e História das Instituições Educativas na Paraíba: Arquivos e Fontes

O aumento do interesse sobre estas questões sugere que reflitamos sobre as questões arquivísticas para não cairmos no erro do *produtivismo arquivístico*.

No que se refere à questão arquivística, esta tem passado também por transformações motivadas pela viragem linguística citada anteriormente, sendo a partir disso desenvolvido um grande esforço no sentido da preservação e organização dos arquivos escolares e legislativos que se referem à questão educacional, uma vez que a escola produz diversos tipos de documentos e registros, exigidos pela administração e pelo cotidiano burocrático. Estes documentos, por sua vez, perpassam o âmbito apenas pedagógico das instituições educativas.

Na produção desta documentação há toda uma orientação que envolve o funcionamento da instituição, sua organização e controle das atividades. Fora isso, pode-se encontrar nos arquivos escolares outros tipos de documentos, que fogem a uma dada determinação legal.

Estes documentos produzidos dentro de certa intencionalidade registram a cultura

² VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e práticas escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa F. & VALDEMARIM, Vera T. (orgs). *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. Campinas: Autores Associados, 2005, p. 3-30.

material escolar, especificamente sobre determinada instituição sendo, de certa forma, testemunhas da vida institucional, da sua memória.

No desafio lançado pelas novas formulações no campo da História da Educação e das instituições educativas, pode-se também ir além, quando utilizamos o arquivo escolar e buscamos compreender e explicar a existência de uma instituição escolar como o Lyceu Parahybano, por exemplo, mas como nos chama a atenção Justino Magalhães:

*[...] sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, [deve-se] contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, por fim sistematizar e (re) escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico.*³

Em nossa pesquisa atual de doutoramento sobre o Lyceu Parahybano no oitocentos, na busca pela documentação, nos deparamos com questões de caráter documental que nos levaram a tentar fazer algumas reflexões sobre esta questão, problematizando e descrevendo o percurso que estamos fazendo no campo da História da Educação, mais precisamente no das instituições educativas. A questão da importância dos arquivos para a pesquisa sobre as instituições educativas nos ficou clara quando adentramos pela primeira vez ao Arquivo Público do Estado da Paraíba.

Ao entrarmos no Arquivo Público do Estado da Paraíba, localizado no Espaço Cultural, uma construção dos anos oitenta do século passado que congrega, além do Arquivo Público, Museu, Biblioteca e outras atividades não menos significativas, podemos apreciar a exposição de alguns documentos importantes sobre a História da Província e do Estado da Paraíba. Dentre estes documentos, um que chama a atenção dos historiadores da educação é um *Regulamento do Lyceu Parahybano*, publicado em 1895. Apenas este fato nos demonstra a importância desta instituição educativa para a antiga Província e para o Estado da Paraíba.

Mas, para além deste documento, que está exposto na entrada do Arquivo Público da Paraíba, ficava-nos uma interrogação: onde estão os outros documentos sobre a História da Educação paraibana, uma vez esta História ainda não tem seus *locais de memória*? A resposta a estas questões são importantes, uma vez que a História da Educação paraibana ainda não havia sido muito explorada pelos pesquisadores e a documentação não estava, em sua maior parte, localizada e identificada, principalmente no que se refere ao século XIX.

Partindo destas preocupações os professores Antonio Carlos Ferreira Pinheiro e Cláudia Engler Cury deram início à busca desta documentação, ao se integrarem no projeto da Coleção Documentos da Educação Brasileira e publicarem, em 2004, as *Leis e Regulamentos da Instrução na Paraíba no Período Imperial*⁴. Este projeto foi

³ MAGALHÃES, Justino. Contributo para a História das Instituições Educativas – entre a memória e o arquivo. In: FERNANDES, Rogério e MAGALHÃES, Justino (orgs.). *Para a História do Ensino Liceal em Portugal: Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895)*. Braga, Portugal: Universidade do Minho, 1999, p. 64.

⁴ CURY, Cláudia Engler & PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira (orgs.). *Leis e regulamentos da instrução da Parahyba do Norte no período imperial*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e

criado pela Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), com o apoio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que tem como intuito divulgar fontes importantes para a pesquisa em História da Educação no Brasil e oferecer elementos para a realização de estudos comparativos entre as várias províncias. Este projeto viabilizou a edição de quatro trabalhos sobre as províncias do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Paraíba e Paraná.

O trabalho organizado está dividido em três partes, em que fica evidente como as instituições educativas são importantes no desvendamento da História das instituições educativas paraibanas:

1. Leis e regulamentos gerais referentes à organização da instrução pública;
2. Leis e regulamentos relativos às instituições educacionais: Liceu Paraibano, Colégio Nossa Senhora das Neves, Colégio de Educandos e Artífices e Escola Normal;
3. Leis sobre o cotidiano administrativo: Leis referentes à criação, extinção e reestruturação de cadeiras, Leis referentes à nomeação, transferência, tempo de serviço e jubramento de professores, Leis referentes a questões salariais, gratificação, afastamento e licença de professores.

Com esta série de documentos foi possível vislumbrar várias outras pesquisas em nível de monografia, mestrado e doutorado sobre a História da Educação da Paraíba, que vão da cultura escolar à educação feminina, passando pela formação do corpo docente e pelas próprias instituições escolares⁵.

Inserido num processo de continuidade do trabalho iniciado pelos dois professores, é que foi criado, ainda no início dos anos 2000, o Grupo de Pesquisa em História da Educação da Paraíba Imperial – GHEPI, que depois de algum tempo veio a se chamar GHENO – Grupo de Pesquisa da História da Educação do Nordeste Oitocentista. O grupo criado pelos professores doutores Cláudia Engler Cury e Antonio Carlos Ferreira Pinheiro, com a participação de alunos da graduação da pós-graduação em História e em Educação da Universidade Federal da Paraíba, teve e tem como uma de suas atividades principais fazer a coleta, seleção, organização, análise e posterior divulgação de toda a documentação representativa relativa à História da Educação da Província da Parahyba do Norte no período oitocentista.

O grupo, depois de criado, seguiu para os arquivos na busca de fazer um mapeamento mais aprofundado da documentação sobre a instrução paraibana que ainda se encontrava dispersa. Este trabalho foi feito durante quatro anos, em visitas semanais ao Arquivo Público da Paraíba e também a outros locais, como o

Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. CD-ROM.

⁵ Entre estes trabalhos podemos citar: CURY, Cláudia Engler. As escolas de primeiras letras e o Lyceu Parahybano: cultura material escolar (1822-1864) p. 85-98; EGITO. Philipe Henrique Teixeira do. A instrução feminina da capital da Província da Parahyba do Norte: o Colégio de Nossa Senhora das Neves (1858-1895), p. 125-144; LIMA, Guaraciane. A infância desvalida na Parahyba do Norte: o Colégio de Educandos e Artífices (1865-1874), p. 145-166. In: FERRONATO, Cristiano & PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira (orgs). *Temas sobre a instrução no Brasil Imperial (1822-1899)*. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2008.

Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, o Arquivo da Faculdade de Direito de Recife, a Fundação Joaquim Nabuco e a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, entre outros, na coleta da documentação. O que se percebeu foi a grande quantidade de documentação dispersa existente, que ainda não havia sido trabalhada e que poderia, ao ser analisada, ajudar para a construção de um painel mais claro sobre a instrução paraibana no século XIX.

Os primeiros contatos com o *corpus* destes acervos nos permitiram observar a existência de documentos escolares que revelavam indícios, mesmo que poucos, do cotidiano escolar da Província. Esses valiosos documentos se encontravam, muitas vezes, dispersos em locais com condições pouco propícias à sua preservação e em caixas que apenas se referiam ao seu ano de produção, ou seja, sem uma ordem de catalogação. Uma situação que, infelizmente, os historiadores sempre enfrentam ao adentrar em alguns arquivos brasileiros.

Como anunciou Ciro Flamarion Cardoso,

*No Brasil, e em geral na América Latina, acontece com frequência que o historiador, previamente a sua coleta de dados, deva realizar trabalho de arquivista, pondo em ordem materiais não classificáveis e até salvando documentos em perigo de próxima destruição [...].*⁶

Este fato tornou o trabalho mais desafiador.

O relato do trabalho de coleta da documentação realizado nos arquivos é importante, uma vez que nestes momentos existem decisões difíceis a serem tomadas, seja pelo tempo que consumiu –quatro anos –, pela quantidade de pessoas que a pesquisa demandou ou mesmo pela massa documental encontrada. E, talvez, seja mais importante pelo fato de poder servir de inspiração para que outros trabalhos como este sejam realizados.

No ano de 2004 a equipe foi acolhendo vários integrantes, entre estes o autor deste texto que, naquele momento, era aluno de mestrado, pesquisando a instrução na Constituinte de 1823. Ali é que foram sendo vislumbradas algumas possibilidades que nos levaram ao interesse pela pesquisa na área das instituições educativas. Assim, o Lyceu Parahybano, a mais importante instituição educativa paraibana no período imperial, surgiu como o objeto a ser pesquisado.

Não possuindo o Lyceu um arquivo que congregue toda a documentação da instituição, desde sua criação em 1836, uma vez que o arquivo atual da instituição atual apenas guarda a documentação referente ao século XX, decidimos então trabalhar com a documentação legislativa, relatórios de presidentes de províncias, relatórios de diretores da instrução e publicações feitas na imprensa.

No estudo sobre as instituições educativas, o arquivo escolar é uma fonte essencial na pesquisa sobre sua História, uma vez que a trajetória da instituição é construída, como afirma Magalhães “da(s) memória(s) para o arquivo e do arquivo para a memória”⁷, buscando-se integrar o material encontrado nesses acervos sobre

⁶ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma introdução à História*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 97 (Capítulo “A fase de documentação ou coleta de dados”).

⁷ MAGALHÃES, Justino. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUZA, Cynthia P. & CATANI, Denice B. (orgs.). *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo: Escrituras, 1998, p. 61.

História das instituições escolares. Magalhães se mostra preocupado com seu estado de preservação, que no caso de Portugal, segundo ele é sofrível. No caso do Brasil e, principalmente, da Paraíba, a situação não é diferente, diríamos mesmo que é pior, como já nos referimos anteriormente.

Nesse sentido, o pesquisador português afirma:

*[...] Sede privilegiada de uma multiplicidade de acções humanas, pedagógicas, culturais, sociais, afectivas, produto de um quotidiano sempre reinventado, da instituição educativa não resta por vezes mais que um resíduo documental, irregularmente repartido no tempo e pouco representativo, nomeadamente no que se refere à riqueza do quotidiano escolar. Com efeito, a uma gestão do actopedagógico de uma forma geral muito selectiva à quantidade e à qualidade da informação que os interveniente entendem dever conservar [...] tem vindo associar-se por outro lado, a ausência de uma política esclarecidas e conservação, preservação e organização documental, pelo que os fundos documentais das instituições educativas têm ficado dependentes do arbítrio dos agentes responsáveis e dos imprevistos que o tempo e a gestão dos espaços por vezes exíguos, permitem.*⁸

Diana Vidal afirma, a partir de Pierre Nora⁹, que os arquivos são os lugares de memória, locais de guarda dos acervos, mas, ao mesmo tempo, “constantemente abertos a novas leituras acerca do passado e o presente”¹⁰. Com relação à memória, Huyssen avalia

*[...] um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes é a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades contemporâneas.*¹¹

Em sua utilização como fonte de pesquisa para a compreensão da História das instituições escolares, o arquivo deixa de ser algo relegado ao esquecimento, a depósitos insalubres, ou mesmo de ser entendido como algo inútil e indesejado:

*[...] integrado à vida social da escola, o arquivo pode fornecer-lhe elementos para a reflexão sobre o passado da instituição, das pessoas que o freqüentaram ou freqüentam, das práticas que nela se produziram e, mesmo, sobre as relações que estabeleceu e estabelece com seu entorno (cidade e a região na qual se insere).*¹²

Começou-se então, a muitas mãos, a organização da documentação coletada no arquivo. Aos poucos, os papéis que se amontoavam desordenadamente em caixas

⁸ MAGALHÃES, Contributo para a História..., p.75.

⁹ NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, PUC-SP, v. 10, dez. 1993, p. 7-28.

¹⁰ VIDAL, Cultura e prática escolares..., p. 3-30.

¹¹ HYUSSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

¹² VIDAL, Cultura e prática escolares..., p. 3-30

de papelão, em envelopes, em pastas e sacolas iam se transformando em fontes e em trabalhos acadêmicos apresentados em vários eventos pelo país.

Estes documentos foram copiados e reunidos seguindo critérios estabelecidos pelo grupo após os primeiros contatos com a documentação. Estes foram sendo agrupados por ano e, à medida em que iam sendo lidos, a História da instrução e das instituições educativas paraibanas ia sendo desvendada, e, com ela, a da principal instituição educativa paraibana na centúria dos Oitocentos: o Lyceu Paraibano.

Memória do Lyceu Parahybano

O Lyceu Provincial Paraibano foi criado em 1836, pela Lei nº 11, de 24 de março, pelo então presidente da Província, Manuel Carneiro da Cunha, sendo oficialmente regulamentado em 19 de abril do ano seguinte, com a aprovação de seus Estatutos. O objetivo da criação da instituição era instruir a juventude paraibana que, até aquele momento, tinha que realizar seus estudos fora da Província.

A Lei de criação do Liceu dizia, em seu primeiro artigo:

*Art. 1. Fica estabelecido nesta cidade um Lyceo, que será composto dos professores das cadeiras de Latim, Francez, Rhetórica, Philosophia, e primeiro anno de Mathemática, já creadas na mesma cidade, de dous substitutos, um para estas duas ultimas cadeiras, e outra para as trez primeiras, e finalmente um porteiro.*¹³

O Liceu Provincial Paraibano funcionou, inicialmente, no primeiro andar do edifício da Assembleia Legislativa Provincial. Depois foi transferido para um salão do Palácio do Governo e, em 1839, definitivamente transferido para o prédio do antigo Seminário dos Jesuítas, onde permaneceu por cem anos (até 1939). Dali foi levado, em 1938, para o edifício da Avenida Getúlio Vargas, sua sede atual.

Sua instituição foi uma decorrência do Ato Adicional – 12 de Agosto de 1834 – à Constituição de 1824. Este adendo à carta Imperial foi o instrumento legal mais importante para a Educação do período, com implicações que se estenderam até aos nossos dias. A emenda teve como objetivo diminuir os conflitos do período regencial, dividindo o poder ao criar as Assembleias Provinciais e dar a estas, em seu artigo 10º, parágrafo 2º, o direito de legislar “sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que para o futuro forem criados por lei geral”. Este adendo desencadeou uma vasta discussão entre centralização e descentralização no Brasil Imperial no que se refere à instrução.

A iniciativa da criação do Lyceu Provincial Parahybano representou um esforço dos fundadores da instituição, no sentido de centralizar em uma única unidade de ensino todas as cadeiras dispersas, pelo menos em termos da capital da Província. Até aquele momento o ensino secundário se encontrava fragmentado nas chamadas aulas avulsas, que se assemelhavam às antigas aulas régias do período colonial e que não desapareceram totalmente com a criação do Lyceu.

A partir da criação do Lyceu Provincial a instrução secundária vai começar a

¹³ CURY & PINHEIRO, *Leis e regulamentos...*, p. 96.

despontar, mesmo que lentamente, na pequena Província. O processo de fundação da instituição, assim como de outras semelhantes pelo país, se insere no momento de aperfeiçoamento do homem e de normatização e ordenamento da instrução. A preocupação que existia na mente dos legisladores naquele momento era da construção do Estado e da Nação, por isso a importância da fundação de tais instituições para formar os homens que seriam os dirigentes daquele Estado que estava em construção. A escola passava a ter uma espécie de “missão civilizadora” e, na Província da Paraíba do Norte, esse entendimento não foi diferente.

Os anos entre 1836 e 1846 foram um período de consolidação e normatização da instituição. Neste processo as maiores preocupações dos gestores provinciais com relação ao Liceu eram o número de alunos, os gastos com a Instituição, os métodos e compêndios, a disciplina e os professores. Este processo de normatização fica mais claro a partir da aprovação dos Estatutos de fevereiro 1846, onde alguns importantes aspectos do cotidiano da instituição podem ser resgatados. Estes Estatutos foram aprovados depois de um intenso debate, que envolveu tanto o legislativo como o executivo.

No Relatório do Presidente da Província Agostinho da Silva Neves, de 1844, este diz que:

*Este estabelecimento marcha com regularidade, e eu pretendo com mais vagar examinar os methodos, e compêndios pelos quaes ensina, e os estatutos que o regem, para lhes fazer aquellas reformas, que mais azadas forem, para a prosperidade do estabelecimento, e utilidade que deve prestar à Província.*¹⁴

Em quase todas as instituições criadas pela sociedade existem normas e diretrizes que constituem o seu chamado sistema normativo e que são elaboradas e colocadas em funcionamento para estruturar e dar o ordenamento interno das referidas instituições. É nesse sentido que são elaborados, em 1846, os estatutos do Lyceu Provincial.

Com a promulgação dos Estatutos de 1846 o Liceu Provincial recebeu um grande apoio da administração provincial. Este apoio veio na forma de pessoal, com a chegada de sete professores vitalícios, cinco proprietários e dois substitutos, e um Diretor nomeado pelo Presidente da Província e de mais recursos financeiros.

Com relação ao aporte financeiro da Província no Liceu, podemos perceber que este recebia um grande investimento, e isso pode ser exemplificado quando analisamos os números de 1842. Neste ano a Assembleia Provincial aprovou em seu orçamento um aporte de 6:760,00 para o Liceu de um total de 99:003,207 contos para a Província, ou seja, 6,8% do orçamento provincial se destinava àquela instituição. Os professores tiveram seus salários melhorados e as matrículas tiveram seus valores orçados em 3\$200 por ano letivo. A aprovação dos Estatutos, na visão de seu Diretor, davam ao Lyceu uma posição de “mais estabilidade e firmeza”¹⁵.

¹⁴ PARAHYBA DO NORTE. Relatório que á Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte apresentou na sessão ordinária de 1844 o excellentissimo Presidente da mesma Província, Agostinho da Silva Neves. Pernambuco: Typ. de M.F. de Faria, 1844.

¹⁵ PARAHYBA DO NORTE. Relatório que á Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte apresentou na sessão ordinária de 1842 o excellentissimo Presidente da mesma Província, Pedro Rodrigues

No Ato de sua criação, o Lyceu teve como matriz curricular inicial as seguintes disciplinas: Latim, Francês, Retórica, Filosofia e o primeiro ano de Matemática. Tais disciplinas, como em todos os outros estabelecimentos de ensino secundário do período, tinham como ênfase a formação do homem civilizado à moda europeia. A esta matriz foram adicionadas, pela Lei de 1839, a cadeira de Inglês, e em 1841 a de Gramática da Língua Nacional e a de Comércio. Esta última havia sido, em 1838, motivo de análise do então Presidente da Província, Joaquim Teixeira Peixoto de Albuquerque, preocupado com o desenvolvimento do comércio da Província:

Seria igualmente interessante que Assembléia se lembrasse de criar h~ua Aula de Comércio, em qual se ensinasse a escripturação por partidas dobradas, reducção de pesos, e medidas, Câmbios, Seguros, avarias & A criação desta cadeira acarretaria com sigo não poucos benefícios, por que devendo esta Província, pela sua localidade, e excelente Porto, ser bastante Comercial, lucraria não pouco, que se applicassem aos estudos mercantis, quando não a todos, pelo menos aos mais necessários, aqueles a que essa vida se quisessem dedicar. O verdadeiro Negociante é h~u hom~e instruído; pelo menos no quem é relativo ao seo emprego, e occupação: elle deve conhecer a Legislação a que está sujeito, pelo gênero de vida que adoptou, as penas em que incorre, pela infração de qualquer Contracto; o modo práctico porque deve proceder à escripturação dos seus Livros, e tudo depende de h~u estudo bem coordenado. (...) Esta aula se acha em todos os Paizes civilizados, e entre nós já tem logar em algumas Províncias do Império.¹⁶

A leitura e análise dos artigos que compõem os Estatutos de 1846 do Liceu Provincial Paraibano permitem conhecer e avaliar o funcionamento da instituição. O documento é composto de 99 artigos e vários parágrafos, indício que reforça o quão importante era a instituição e a dimensão social que a mesma foi recebendo ao longo dos anos. Os Estatutos trouxeram, em seu corpo, a distribuição dos compêndios, a regulamentação das jubilações, das matrículas, das férias, dos professores, enfim, de toda a organização interna da instituição. O objetivo maior de tal documento era o de ordenar as funções e atribuições no interior da instituição, como a do Diretor, que era indicado pelo presidente da Província e constituía-se como seu mais próximo representante no Liceu. No artigo 10º do capítulo 1º, que trata do pessoal do Lyceu, podemos perceber esta questão da nomeação e da sucessividade.

A partir da aprovação dos Estatutos inicia-se a normatização do pessoal do Liceu, que teve suas funções e atribuições definidas. Nestes ficou definido que o pessoal seria composto por 7 professores, sendo que cinco eram proprietários e 2 substitutos, e de um Bedel, além da Congregação. Um elo importante neste processo eram os professores que, de certa forma, eram responsáveis também por fazer chegar estas práticas ordenadoras a toda a sociedade, cumprindo assim uma espécie de missão

Fernandes Chaves. Pernambuco: Typ. de M.F. de Faria, 1842.

¹⁶ PARAHYBA DO NORTE. Falla com que excellentíssimo, Presidente da Província da Parahyba do Norte, o Doutor Joaquim Teixeira Peixoto d'Albuquerque installou a 1.ª Sessão da 2.ª Legislatura d'Assembléia Legislativa Provincial no dia 24 de Junho de 1838.

civilizadora.

O corpo docente do Liceu era basicamente formado por intelectuais conhecidos da Província e abarcava, em seu meio, um grande número de padres, já que o ensino da Moral se fazia muito importante. Estes professores se tornavam vitalícios a partir de cinco anos de trabalho. A contratação dos professores se dava depois de prestarem exame prévio de habilitação. O recrutamento de professores era uma preocupação constante, visto que o salário era, por vezes, muito baixo, ainda mais em se tratando de uma Província pobre como a Paraíba. Existia, a partir do Estado, um controle com relação à conduta pessoal da vida dos professores, que deviam ser homens de *boa conduta*, mas em relação aos professores do Lyceu Provincial estes eram sempre vistos como mais preparados e cumpridores dos seus deveres que os docentes de primeiras letras. Os professores do Liceu eram, portanto, um grupo de homens intelectualmente preparados e de grande reconhecimento pela sociedade provincial paraibana, suas origens podem ser buscadas em setores como a religião, o direito, a literatura e a imprensa. O salário dos professores seria de 720 mil réis.

As fontes e o Lyceu Parahybano

Esta renovação metodológica a que estamos nos referindo ao longo do texto, segundo Magalhães, corresponde a um desafio interdisciplinar, constituído pela Sociologia, pela análise organizacional, pelo desenvolvimento dos estudos de currículo, além da Escola dos Annalles, pela Nova História:

*No plano histórico, uma instituição educativa é uma complexidade espaço-temporal pedagógica, organizacional, onde se relacionam elementos materiais e humanos, mediante papéis e representações diferenciados, entretendo e projetando futuro (s), (pessoais), através de expectativas institucionais. É um lugar de permanente tensões [...] são projetos arquitetados e desenvolvidos a partir de quadros sócio-culturais.*¹⁷

Segundo Magalhães, a culminância do ciclo de desenvolvimento da pesquisa acerca da História das instituições educativas se materializa numa síntese crítica onde a realidade-objeto “ganha sentido histórico numa tessitura problematizante”¹⁸.

Magalhães destaca, dentre as categorias analíticas e conceituais consideradas por ele fundamentais para a elaboração dessa *ethnohistoriografia* a partir da escola, os seguintes temas: espaço; tempo; currículo; modelo pedagógico escolar; professores; manuais escolares; públicos; cultura; forma de estimulação e resistências; dimensões; níveis de apropriação; transferência da cultura escolar, escolarização; alfabetização; e destinos de vida.

Partindo dessas considerações e tendo o Lyceu Parahybano como o objeto de análise para o doutorado, algumas questões nos foram levantadas: onde se encontravam as fontes documentais produzidas no período sobre a instituição?

Para podermos ter suporte nas pesquisas sobre a História da Educação da Paraíba e do Lyceu Parahybano, contamos com uma grande diversidade tipológica no que

¹⁷ MAGALHÃES, Um apontamento metodológico..., p. 61-62.

¹⁸ MAGALHÃES, Um apontamento metodológico..., p. 61-62.

se refere às instituições arquivísticas, e entre estas podemos citar:

- ◆ Arquivo Público do Estado da Paraíba – João Pessoa (PB)
- ◆ Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco – Recife (PE)
- ◆ Fundação Joaquim Nabuco– Recife (PE)
- ◆ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (RJ)
- ◆ Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa (PB)
- ◆ Arquivo da Torre do Tombo –Lisboa/Portugal
- ◆ Biblioteca Nacional de Portugal– Lisboa/Portugal
- ◆ Arquivo do Liceu Paraibano – João Pessoa (PB)
- ◆ Arquivo da Cúria Metropolitana– João Pessoa (PB)
- ◆ Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba– João Pessoa (PB)

Tais arquivos são divididos em públicos e privados.

Os arquivos públicos, nas três esferas em que estão divididos, a federal, a estadual e a municipal, têm em sua custódia os registros sobre as políticas, as estratégias e as ações dos governos. Os arquivos privados, de ordens religiosas, educacionais e culturais também custodiam documentos valiosíssimos do ponto de vista histórico e educacional.

No trabalho de resgate das fontes necessárias ao processo de (re)construção da memória é importante o diálogo com a documentação, para que se possa compreender o que foi esquecido ou silenciado. Para Le Goff, (1984) há que tomar a palavra “documento”¹⁹ no seu sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, imagem, ou qualquer outra maneira.

Nesse sentido, entre os documentos sobre os quais podemos nos centrar para analisar a História do Lyceu Parahybano no período imperial podemos citar:

1. Anais Legislativos;
2. Relatórios de Presidentes de Província;
3. Relatórios de Diretores da Instrução Pública;
4. Relatos de viajantes;
5. Material escrito por professores;
6. Imprensa;
7. Memorialistas.

Esses documentos nos dão importantes informações de como se encontrava a instrução no período em que os mesmos foram escritos.

Podemos dividir a legislação do período em dois níveis: geral e provincial. A primeira se refere à documentação do Império, o que seria hoje a Federal, e que tinha validade para todas as Províncias. A segunda, a Provincial, teve origem a partir do Ato Adicional de 1834, que deu origem às Assembleias Provinciais. Estas

¹⁹ LE GOFF, Jacques. Documento – Monumento. In: LE GOFF, Jacques *et al.* *Memória/História*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984, p. 531.

tinham, entre seus novos deveres, legislar sobre a instrução primária e secundária em seu território.

Até a publicação do Ato de 1834, ou seja, antes da criação das Assembleias Provinciais, todas as leis referentes à instrução eram de competência do Reino, ou seja, eram Leis Gerais. Com a criação das Assembleias Provinciais, cada Província passou a construir sua própria legislação sobre o ensino primário e secundário, uma vez que a legislação do ensino superior ainda vinha do Rio de Janeiro.

Os Anais Legislativos são publicações do poder legislativo e se constituem num registro das atividades que compõem a Assembleia Legislativa. Assim, por esta descrição da fonte de pesquisa, podemos perceber que estas trazem em sua produção uma intencionalidade. O conjunto de atividades do poder legislativo que os Anais registram, no entanto, não contém a totalidade das ações dos membros daquele poder.

No trabalho com este tipo de fonte é importante levar em conta a proposta levantada por Le Goff, de tratar todos os documentos como monumentos, ou seja, procurar desvendar, a partir de determinado documento, o sujeito que o produziu, as relações de poder estabelecidas por esse último na sociedade, e a maneira como o documento afirma e é uma afirmação do poder de seu produtor:

[...] dever principal [do historiador é]: a crítica do documentos-qualquer que ele seja- enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fia por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que ai detinham o poder.²⁰

Na análise do documento está, então, pressuposta a incorporação do seu processo de produção. A produção de todo registro incorpora em si uma dada intenção dos que o produziram, no sentido de deixar uma marca para o futuro. Nesta mesma direção, a possibilidade de estar construindo um registro já evidencia a afirmação dos seus produtores sobre os outros componentes da sociedade.

Portanto, a intencionalidade de registrar, a afirmação de uma imagem para o futuro e a relação de poder que, ao definir quem, como, para quem ou o quê registrar, apresenta-se no próprio registro e é constitutiva do trabalho de análise de qualquer documento, na medida em que nele procuramos seu caráter de monumento²¹.

Quando um deputado, ou mesmo um presidente de Província, como Joaquim Teixeira Peixoto d'Albuquerque, em 1838, diz que

[...] ou por que seja hum novo estabelecimento, e seja da condição das cousas novas encontrar embaraços, e tropeços, na sua carreira, ou por que lhe falta algumas disposições Legislativas, considero que este estabelecimento inda não nos offerece todas as vantagens.²²

Ao fazer isso, chamando a atenção para as condições físicas de um prédio

²⁰ LE GOFF, Documento – Monumento, p. 102-104.

²¹ LE GOFF, Documento – Monumento, p. 102-104.

²² PARAHYBA DO NORTE. Falla com que excelentíssimo, Presidente da Província da Parahyba do Norte, o Doutor Joaquim Teixeira Peixoto d'Albuquerque installou a 1.^a Sessão da 2.^a Legislatura d'Assembléia Legislativa Provincial no dia 24 de Junho de 1838.

escolar, ou mesmo fazendo uma crítica à atuação do governo na Educação, ele está dando a este tema um estatuto especial, na medida em que estas passam a ser preocupações daquele grupo e, assim, a constar dos Anais da casa legislativa. Trata-se de uma forma de reatualização de poder, pois ao ser determinado a certos setores da sociedade, é também uma forma de legitimar a existência do poder de representação parlamentar.

Desta forma, aquele deputado está afirmando sua identidade de representação, se referindo às reivindicações da população e também criando momentos em que seu prestígio, enquanto parlamentar, se estende a outros setores da sociedade. Neste momento ocorre a legitimação da atividade parlamentar, da instituição parlamentar e do próprio sistema político:

[...] a própria forma das demandas é já amiúde um indicio do grau de apoio público ao sistema político. Intermediário do apoio ou do dissenso, o Parlamento ajuda a conferir ou a subtrair legitimidade política ao governo.²³

Os documentos que registram as falas dos presidentes de província, e os relatos apresentados por estes às Assembleias Provinciais todos os anos são, portanto, fontes preciosas de informação para os pesquisadores da História da Educação.

Os chamados relatórios dos diretores da instrução pública e, a partir de 1935, de secretários de Estado da Educação são também importantes fontes para a análise da História da Educação. O primeiro cargo de diretor geral de estudos brasileiros foi criado no Rio de Janeiro, em 15 de março de 1816, pelo príncipe regente D. João. Para o cargo foi nomeado o baiano Visconde de Cairu, José da Silva Lisboa. Mais tarde no artigo 30 da Lei n. 11, de 1849, foi criado o cargo de Diretor da Instrução Pública, tendo sido nomeado como primeiro diretor o Reverendo João do Rego Moura, que também era diretor do Lyceu.

As notícias publicadas em jornais sobre as questões da Instrução Pública, os artigos nas revistas das escolas ou do Lyceu também são um válido e expressivo material de pesquisa. Outro material de valor muito importante – se for encontrado – são as biografias dos educadores, a literatura local, onde romancistas contam sua formação educacional, sua impressão dos professores, dos diretores e a influência que aquela escola tinha na sociedade que a rodeava.

No que se refere aos arquivos das escolas na Paraíba, no período imperial, estes são raros, e por isso é tão difícil se conseguir adentrar tal universo neste período. Contudo, trata-se de uma fonte de larga importância, uma vez que a partir destes acervos podemos ter acesso à ata de instalação da escola, a seus primeiros estatutos, a seu regimento interno, às autorizações para seu funcionamento, cadernetas de professores, registros de eventos, fotografias, matrículas de alunos, nomes dos professores, programas dos cursos e outros materiais, que são informações muito importantes para o estudo do cotidiano escolar. Em algumas instituições educacionais podemos encontrar uma gama variada de fontes sobre a História da Educação e daquela própria instituição, especialmente quando há um arquivo organizado, o

²³ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 3. ed. Brasília: Editora da UnB/ Linha Gráfica, 1991. 2v. (verbetes: Parlamento, Processo Legislativo e Representação Política).

que não muitas vezes não acontece de fato.

Concluindo estas rápidas reflexões, podemos afirmar que muitos esforços têm sido feitos em prol do resgate da História das instituições educativas na Paraíba do século XIX pelos grupos de pesquisa instalados nos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba, no sentido de lançar as bases para que se tenha ali um centro de referência com a possibilidade de disponibilizar fontes primárias e secundárias que resultem em estudos e pesquisas sobre a História da Educação local.

Entre estes grupos, além do já citado GHENO – Grupo de Pesquisa em História da Educação no Nordeste Oitocentista, ligado aos programas de Pós-Graduação em Educação e História, temos ainda o HISTEDBR-PB; o Grupo de Pesquisa Ciência, Educação e Sociedade; o grupo Ditadura Militar e Educação na Paraíba/Brasil e, por fim, o grupo Globalização e Educação do Tempo Presente.

É importante destacar a criação recente, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, da linha de pesquisa em História da Educação, que muito tem contribuído no processo de desvendamento da História da Educação paraibana, com a concretização de vários trabalhos em nível de mestrado e doutorado sobre o tema.

Finalmente, o nosso objetivo neste trabalho foi demonstrar a importância e a riqueza documental levantada sobre a História da Educação da Paraíba no século XIX pelos grupos e pesquisadores locais. Nesse sentido, é necessário que se criem políticas de conservação dos arquivos escolares paraibanos, para que estes venham a ser os lugares de memória da Educação. Os acervos escolares possibilitam aos pesquisadores da Educação o desvendamento da cultura escolar em diversas épocas, a partir da intensificação dos estudos sobre cultura escolar, instituições educativas entre outros temas. Os pesquisadores da História da Educação local têm a tarefa da conservação e da organização documental dos arquivos escolares, e isto pode levar a sociedade à conscientização acerca dos cuidados necessários para a preservação de tais fontes.

Retornando ao movimento feito com a documentação sobre o Lyceu Parahybano, recorreremos novamente a Magalhães, ao afirmar que no estudo das instituições educativas:

[...] se cruzam-se informações de várias naturezas- orais, arquivísticas, museológicas, arquitetônicas, fontes originais e fontes secundárias [...] um vaivém esclarecido entre a memória e o arquivo.²⁴

A trajetória entre o arquivo e a memória, portanto, implica em perceber múltiplos elementos e o pesquisador pode correr um grande risco, que é a perda de rumo perante uma quase infinita diversidade de fontes. Escrever a História das instituições educativas possibilita a introdução de variados objetos, discursos e olhares para serem analisados, comparados, enfrentados, problematizados e, talvez, isso possibilite um conhecimento mais aprofundado de tais objetos, levando-nos à sua reinvenção.



²⁴ MAGALHÃES, Contributo para a História..., p. 65.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir as possibilidades de utilização dos arquivos escolares no estudo das instituições educativas, tendo como objeto o Lyceu Parahybano. Discute-se também os fundamentos teóricos e metodológicos que abrangem a concepção, uso e tratamento de documentos na pesquisa histórico-educacional e a organização e preservação dos arquivos e fontes. Entende-se no texto que os arquivos escolares podem contribuir significativamente para as pesquisas em História da Educação, por sua acessibilidade, diversidade e tipos de informações. Outro entendimento que aqui se apresenta é o arquivo como um lugar da memória escolar e da pesquisa histórica.

Palavras Chave: História da Educação; Arquivo Escolar; Instituições Escolares.

ABSTRACT

This paper discuss the possibilities of using the school records in the educational institutions study, having as main object the Lyceu Parahybano. The theoretical and methodological foundations that cover the conceiving, use and processing of documents in the historical and educational research, as also the organization and preservation of archives and sources are discussed too. These archives are understood as a material culture register that can provide a significantly contribute to Education History research, because of its accessibility and type of information that they carry on. Another understanding here is the archive as a place of memory and historical research.

Keywords: Education History; School Archive; Educational Institutions History.